



**CCDRLVT**

Comissão de Coordenação e  
Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale  
do Tejo, I.P

# RELATÓRIO DA CONSULTA PÚBLICA

Instalação Avícola de Nucho de Pegões Velhos

Taipave, Lda.

Processo de EIA n.º 1735/2024

janeiro de 2025

## ÍNDICE

1. Introdução
2. Período de Consulta Pública
3. Publicitação
4. Modalidades de Publicitação
5. Análise das Exposições Recebidas
6. Conclusões

Anexo I Participações Rececionadas

## Relatório de Consulta Pública

### Instalação Avícola de Nucho de Pegões Velhos

#### 1. Introdução

Em cumprimento do preceituado no n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei nº 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua atual redação, procedeu-se à Consulta Pública do Projeto da Instalação Avícola de Nucho de Pegões Velhos.

#### 2. Período de Consulta Pública

Considerando que o Projeto se enquadra no Anexo II, ponto 2, alínea a) caso geral, do Decreto-Lei nº 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual, a Consulta Pública decorreu durante 30 dias úteis, tendo o seu início no dia 07 de abril de 2025 e o seu termo no dia 21 de maio de 2025.

#### 3. Publicitação

Os elementos constantes do Estudo de Impacte Ambiental (EIA), foram disponibilizados para consulta no portal Participa (<http://participa.pt>).

A divulgação desta Consulta foi feita por meio de afixação de edital na Câmara Municipal de Montijo e Junta de Freguesia da União das Freguesias de Pegões, na Agência Portuguesa do Ambiente e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.

#### 4. Proveniência e Quantificação das Exposições Recebidas

Durante o período da consulta pública foram rececionadas 10 (dez) participações, através do Portal PARTICIPA.

As participações rececionadas são provenientes de 10 (dez) cidadãos e apresentam a seguinte classificação:

---

Discordância	9
Sugestão	1

---

## 5. Análise das Exposições Recebidas

### Discordâncias

No que diz respeito às discordâncias apresentadas, estas assentam nos seguintes fundamentos:

- Discordância com a localização do projeto;
- considerando a sua área de implementação o projeto terá impacto ao nível ambiental e paisagístico;
- não serem dadas garantias da omissão dos odores nauseabundos provenientes de todo o processo fabril decorrente;
- proximidade inaceitável a ecossistemas de elevado valor ambiental como a ZEC, Sítio Ramsar, Reserva Natural e IBA do Estuário do Sado (a poucos quilómetros de distância);
- representa um risco significativo de poluição da água e do solo, emissões atmosféricas prejudiciais e perturbação da biodiversidade protegida;
- desconhecidos os procedimentos a adotar para a salvaguarda do bem-estar animal;
- desconhecidos os impactes reais nos recursos hídricos da região;
- concorrência desleal com modelos de agricultura mais sustentáveis;
- preocupações a nível de saúde pública - através do uso excessivo de antibióticos e o possível aumento do risco de doenças zoonóticas;
- maior probabilidade de disseminação de doenças e o impacto sinérgico no tráfego e na biodiversidade local;
- projeto desapropriado devido aos potenciais impactos cumulativos da concentração de explorações agropecuárias;
- indústria intensiva e poluente.

### Sugestões

Relativamente à sugestão rececionada, esta assenta nos seguintes fundamentos:

- Segundo o Resumo Não Técnico, o projeto levanta preocupações relevantes ao nível da sustentabilidade dos recursos hídricos, dado o consumo elevado previsto (cerca de 64.700 m<sup>3</sup>/ano) numa massa de água subterrânea classificada como zona vulnerável;
- é sugerido um plano de monitorização contínua, nos termos do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 152-B/2017, com auditoria independente nos primeiros anos de funcionamento;
- desenvolver melhor, a avaliação da vulnerabilidade do projeto às alterações climáticas;

- a participação pública deveria ser mais valorizada, com sessões locais de esclarecimento à população afetada.
- é sugerido ainda, que a viabilidade ambiental do projeto seja condicionada à adoção efetiva de medidas de minimização robustas, nomeadamente ao nível hídrico e atmosférico, e a uma comunicação mais ativa com a comunidade.

É sugerido ainda em participações de discordância :

- Sugere-se o cultivo de cogumelos e o cultivo agroflorestal, como alternativa eticamente responsável e sustentável para alimentar os humanos;
- devem ser consideradas alternativas de desenvolvimento mais sustentáveis e respeitosas com o ambiente, a saúde pública e o bem-estar animal;
- maior compromisso de quem analisa e aprova esta tipologia de projetos.

## 6. Conclusões

No seu computo geral foram apresentados os seguintes argumentos:

Discordâncias

- Preocupações a nível ambiental, saúde pública e bem estar animal;
- Necessidade de maior esclarecimento relativamente aos reais impactes do projeto, essencialmente a nível dos Recursos Hídricos;
- concorrência desleal com modelos de agricultura mais sustentáveis;
- industria intensiva e poluente.

Sugestões

- Plano de monitorização contínua, com auditoria independente nos primeiros anos de funcionamento;
- valorizar mais a participação pública - comunicação mais ativa com a comunidade;
- adotar medidas de minimização robustas, nomeadamente ao nível hídrico e atmosférico;
- considerar outras alternativas a este tipo de projetos.

O Responsável pela Consulta Pública



Rafael Fernandes

ANEXO

Participações Rececionadas

<http://www.ccdr-lvt.pt> · [geral@ccdr-lvt.pt](mailto:geral@ccdr-lvt.pt)

Rua Alexandre Herculano, 37 · 1250-009 Lisboa PORTUGAL      tel +351 213 837 100  
Rua Zeferino Brandão · 2005-240 Santarém PORTUGAL      tel +351 243 323 976  
Rua de Camões, 85 · 2500-174 Caldas da Rainha PORTUGAL      tel +351 262 841 981

# PARTICIPA

## Dados da consulta

<b>Nome resumido</b>	Instalação Avícola de Nucho de Pegões Velhos em Santo Isidro de Pegões
<b>Nome completo</b>	Instalação Avícola de Nucho de Pegões Velhos em Santo Isidro de Pegões - Taipave Unipessoal, Lda O Projeto visa a implantação de 9 pavilhões avícolas destinados à engorda de frangos, em regime intensivo, com uma capacidade total de 1.421.792 aves/ciclo e respetivas áreas técnicas de apoio fundamentais ao desenvolvimento do processo produtivo. Tendo em conta a designação das Unidades Territoriais (UT), o Projeto insere-se na região estatística (NUT II) e na sub-região estatística (NUTS III) Área Metropolitana de Lisboa. O acesso viário ao local de implantação do projeto será efetuado pela Estrada Nacional EN10. Analisada a localização geográfica da área de estudo, verifica-se que o Projeto não intersecta qualquer área sensível. Contudo, na sua envolvente, considerando um raio de 15 km, foram identificadas as 8 seguintes áreas incluídas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC) e/ou outras consideradas sensíveis: Zona Especial de Conservação (ZEC) do Estuário do Sado (PTCON0011), situada a cerca de 7,1km a sul; Sítio Ramsar do Estuário do Sado, que dista a 9,8km a sudoeste da área de estudo; Reserva Natural do Estuário do Sado, localizada a cerca de 12,8km a sudoeste, Área Importante para as Aves (IBA) do Estuário do Sado (PT023), a cerca de 11,6km a sudoeste da área de estudo.
<b>Descrição</b>	
<b>Período de consulta</b>	2025-04-07 - 2025-05-21
<b>Data de início da avaliação</b>	2025-05-22
<b>Data de encerramento</b>	
<b>Estado</b>	Em análise
<b>Área Temática</b>	Ambiente (geral)
<b>Tipologia</b>	Licenciamento Único de Ambiente
<b>Sub-tipologia</b>	
<b>Código de processo externo</b>	PL20241210011002
<b>Entidade promotora do projeto</b>	Taipave, Unipessoal Lda
<b>Entidade promotora da CP</b>	CCDR Lisboa e Vale do Tejo
<b>Entidade coordenadora</b>	CCDR Lisboa e Vale do Tejo
<b>Técnico</b>	Rafael Fernandes

## Eventos

## Documentos da consulta

Anexo V - Medidas preventivas previstas para a mitigação da contaminação de solos e águas	Documento <a href="https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&amp;code=fb4d45cfc91c534a59c17f95d1239cc4">https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&amp;code=fb4d45cfc91c534a59c17f95d1239cc4</a>
Complemento ao Relatório descritivo do EIA	Documento <a href="https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&amp;code=a755469f05134fd5e3ccffec2aa5aace">https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&amp;code=a755469f05134fd5e3ccffec2aa5aace</a>
Anexo IV - Fluxograma do processo produtivo	Documento <a href="https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&amp;code=19f0e8420530d5d690e43d9f020cb606">https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&amp;code=19f0e8420530d5d690e43d9f020cb606</a>
Anexo I - Conformidade com IGT	Documento <a href="https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&amp;code=a305aef592a9a4e6757e59123c568a60">https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&amp;code=a305aef592a9a4e6757e59123c568a60</a>
Projeto de Execução	Documento <a href="https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&amp;code=27ea8534e7ee011c974103864bb1db3f">https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&amp;code=27ea8534e7ee011c974103864bb1db3f</a>
Volume II - Relatório Síntese	Documento <a href="https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&amp;code=b6edb3e9eef240ad23b080bc3835148b">https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&amp;code=b6edb3e9eef240ad23b080bc3835148b</a>
Anexo IX - Justificação da não reutilização ou recirculação de água	Documento <a href="https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&amp;code=f345fee8b45c777a9273e9f1179ad2cf">https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&amp;code=f345fee8b45c777a9273e9f1179ad2cf</a>
Informação Georreferenciada - Polígonos	Documento <a href="https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&amp;code=fda610741afbb0b1ce76acd61dde3e66">https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&amp;code=fda610741afbb0b1ce76acd61dde3e66</a>
Anexo III - Listagem de máquinas e equipamentos	Documento <a href="https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&amp;code=df0bb2f178b8a89cc60ee851e91ca618">https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&amp;code=df0bb2f178b8a89cc60ee851e91ca618</a>

Anexo VIII - Águas residuais	Docume nto	<a href="https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&amp;code=d5f83c4e90c3484b558bc2e7ddd443b">https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&amp;code=d5f83c4e90c3484b558bc2e7ddd443b</a>
Informação Georreferen ciada - Linhas	Docume nto	<a href="https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&amp;code=29afae0f73a70251c793ec1e55ef6ea4">https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&amp;code=29afae0f73a70251c793ec1e55ef6ea4</a>
Anexo II - Descrição detalhada da instalação	Docume nto	<a href="https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&amp;code=f69c58766fb43f436bcfb2ac2967381e">https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&amp;code=f69c58766fb43f436bcfb2ac2967381e</a>
Respostas ao Pedido de Esclarecime ntos Adicionais (PEA) e respetivos anexos.	Docume nto	<a href="https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&amp;code=b0a54359296e0bf601dd69bad053d3a1">https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&amp;code=b0a54359296e0bf601dd69bad053d3a1</a>
Anexo VII - Medidas de racionalizaç ão dos consumos de energia	Docume nto	<a href="https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&amp;code=f3f4aff57873fc0ca9cff418b1dbba37">https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&amp;code=f3f4aff57873fc0ca9cff418b1dbba37</a>
Volume I - Resumo Não Técnico	Docume nto	<a href="https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&amp;code=fde8ffbaeefcdb8c0f195017cc9dc84f">https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&amp;code=fde8ffbaeefcdb8c0f195017cc9dc84f</a>
Anexo VI - Energia consumida e produzida na instalação	Docume nto	<a href="https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&amp;code=7ae18dc3d34dbd91c7bbfaeaf5507380">https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&amp;code=7ae18dc3d34dbd91c7bbfaeaf5507380</a>
Anexo X - Resíduos	Docume nto	<a href="https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&amp;code=8cb3ba2932b33e072399e634c6d66c18">https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&amp;code=8cb3ba2932b33e072399e634c6d66c18</a>
Volume III - Anexos do Relatório Síntese	Docume nto	<a href="https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&amp;code=930915f1ecc5dad2ee4aebd8f412601d">https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&amp;code=930915f1ecc5dad2ee4aebd8f412601d</a>

---

Anúncio de  
Consulta Pública -  
TAIPAVE

Edital /  
Aviso

AnúncioCP\_Taipave.pdf

---

**Nº Participações** 10  
**Nº Seguidores** 12

### **Estatísticas sobre a tipologia**

---

Concordância	0
Discordância	9
Geral	0
Proposta concorrente	0
Reclamação	0
Sugestão	1

---

### **Participações**

---

**ID 83846 Helena Campos Martins em 2025-04-15**

**Comentário:**

Não concordo com a localização do projeto Instalação Avícola de Nucho de Pegões Velhos em Santo Isidro de Pegões, considerando a sua considerável área de implantação, com direta relação com um maior impacto a todos os níveis, ambiental, paisagístico por exemplo, bem como considerando a envolvente, com elevados valores naturais. Atente-se ainda à localização face à direção dos ventos.

**Anexos:** Não

**Estado:** Tratada

**Tipologia:** Discordância

**Classificação:**

---

---

**Observações do técnico:**

---

**ID 83796 Rui Gonçalo Fernandes Aguiar em 2025-04-15****Comentário:**

Exmos. Senhores, Enquanto estudante de uma Licenciatura em Ciências do Ambiente, venho apresentar o meu contributo no âmbito da consulta pública do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) da instalação avícola proposta para Santo Isidro de Pegões. Após análise do Resumo Não Técnico, considero que o projeto levanta preocupações relevantes ao nível da sustentabilidade dos recursos hídricos, dado o consumo elevado previsto (cerca de 64.700 m<sup>3</sup>/ano) numa massa de água subterrânea classificada como zona vulnerável. Sugiro que seja exigido um plano de monitorização contínua, nos termos do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 152-B/2017, com auditoria independente nos primeiros anos de funcionamento. Além disso, a avaliação da vulnerabilidade do projeto às alterações climáticas parece pouco desenvolvida, o que contraria as orientações atuais da legislação e dos princípios do processo de AIA. A participação pública deveria ser mais valorizada, com sessões locais de esclarecimento à população afetada. Recomendo que a viabilidade ambiental do projeto seja condicionada à adoção efetiva de medidas de minimização robustas, nomeadamente ao nível hídrico e atmosférico, e a uma comunicação mais ativa com a comunidade. Certo da vossa melhor atenção e trabalho, Rui Gonçalo Fernandes Aguiar

**Anexos:** Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Sugestão**Classificação:****Observações do técnico:**

---

**ID 83672 Miguel em 2025-04-08****Comentário:**

Discordo totalmente

**Anexos:** Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Discordância**Classificação:****Observações do técnico:**

---

**ID 83669 Telma C. Silva em 2025-04-08****Comentário:**

Não concordo com este projeto sem existir antes a urgente implementação SÉRIA e o devido COMPROMISSO ABSOLUTO, de todas as partes envolvidas, sobre a legislação do tema BEM ESTAR ANIMAL e o consequente acompanhamento das entidades fiscalizadoras de forma RECORRENTE/ FREQUENTE e totalmente isenta. Para além da questão ambiental que, infelizmente, nenhum projeto ambiental assegura NUNCA a omissão dos odores nauseabundos provenientes de todo o processo fabril decorrente.

**Anexos:** Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Discordância**Classificação:****Observações do técnico:**

---

**ID 83668 Irene em 2025-04-08****Comentário:**

Discordo

**Anexos:** Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Discordância**Classificação:****Observações do técnico:**

---

**ID 83658 Filipe Bras em 2025-04-07****Comentário:**

Industria intensiva e poluente!!!

**Anexos:** Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Discordância**Classificação:****Observações do técnico:**

---

---

**ID 83657 Rita Sousa em 2025-04-07****Comentário:**

1. Quais são os impactos reais nos recursos hídricos da região? No relatório do PEA referem que nem conseguiram captar água de nenhum furo, nem conseguiram contactar com os proprietários dos terrenos vizinhos. Carece de mais informação. Não parece ser aceitável que se parta para uma instalação destas sem, efetivamente, se conseguirem aferir os seus impactos, sendo essencial que a empresa e entidades consigam analisar em maior detalhe esses aspectos. 2. Relativamente ao bem-estar animal, quais os procedimentos a adotar pela empresa? Recordando que a empresa em questão, segundo é possível verificar, pertence ao grupo Lusiaves, o qual, segundo noticiado pelos órgãos de comunicação social, perdeu o selo de bem estar animal: <https://jornaldeleiria.pt/noticia/lusiaves-investigada-por-certificador-que-atribuiu-selo-de-bem-estar-animal> <https://www.dn.pt/sociedade/lusiaves-perde-selo-de-bem-estar-animal-apos-divulgacao-de-imagens-com-agressoes> [https://www.rtp.pt/noticias/pais/maus-tratos-a-animais-lusiaves-suspende-funcionarios-apos-reportagem-da-rtp\\_v1638702](https://www.rtp.pt/noticias/pais/maus-tratos-a-animais-lusiaves-suspende-funcionarios-apos-reportagem-da-rtp_v1638702) Uma situação que, a ser verdade, levanta claras preocupações do ponto de vista do bem-estar animal e humano. Neste sentido, quais os mecanismos adotados pela empresa para salvaguardar o bem-estar animal?

**Anexos:** Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Discordância**Classificação:****Observações do técnico:**

---

**ID 83654 Catarina Pölzl em 2025-04-07****Comentário:**

Manifesto discordância com o projeto de implantação de 9 pavilhões avícolas para engorda intensiva de frangos na Área Metropolitana de Lisboa, com capacidade para mais de 1.4 milhões de aves por ciclo. Primeiramente, a proximidade inaceitável a ecossistemas de elevado valor ambiental como a ZEC, Sítio Ramsar, Reserva Natural e IBA do Estuário do Sado (a poucos quilómetros de distância) representa um risco significativo de poluição da água e do solo, emissões atmosféricas prejudiciais e perturbação da biodiversidade protegida. Em segundo lugar, a natureza intensiva da produção avícola acarreta desvantagens inerentes como o comprometimento do bem-estar animal, o uso excessivo de antibióticos com implicações para a saúde pública, a potencial menor qualidade da carne, o aumento do risco de doenças zoonóticas e a concorrência desleal com modelos de agricultura mais sustentáveis. Adicionalmente, a presença de várias outras explorações agropecuárias na zona agrava as preocupações, levantando questões sobre a sobrecarga dos recursos naturais, o aumento cumulativo do risco de poluição, a intensificação de odores e ruídos para a população, a maior probabilidade de disseminação de doenças e o impacto sinérgico no tráfego e na biodiversidade local. Os riscos ambientais associados à proximidade de áreas sensíveis, as desvantagens intrínsecas da produção intensiva e os potenciais impactos cumulativos da concentração de explorações agropecuárias tornam este projeto desapropriado. Devem ser consideradas alternativas de desenvolvimento mais sustentáveis e respeitosas com o ambiente, a saúde pública e o bem-estar animal.

**Anexos:** Não**Estado:** Tratada

---

---

**Tipologia:** Discordância

**Classificação:**

**Observações do técnico:**

---

**ID 83652 Ivo Calhau Cardoso em 2025-04-07**

**Comentário:**

Depois dos suínos agora aves, poluição poluição poluição.

**Anexos:** Não

**Estado:** Tratada

**Tipologia:** Discordância

**Classificação:**

**Observações do técnico:**

---

**ID 83651 Ricardo Cunha em 2025-04-07**

**Comentário:**

Mais um exemplo de retrocesso humano. Escudados na desculpa do aumento da população, produza-se intensivamente, em série, nas condições que se conhecem, uma espécie animal que respira e sente, para produzir riqueza mal distribuída e para sobrealimentar pessoas que deitam para o lixo 1/3 do que comem. Para além disso, prejudique-se também a qualidade de vida dos seres humanos que habitam nas redondezas - que não são poucas (os aromas viajam bastante - como já se viu pelo cheiro a azeite podre de Fortes que chegou a Lisboa = 110 Km em linha recta/vento) - e dos seres humanos que querem desfrutar das paisagens únicas da região. Há muitas alternativas eticamente responsáveis e sustentáveis para alimentar os humanos. É responsabilidade de quem aprova/desaprova este tipo de projectos de dar o 1º sinal que assim é. Talvez fosse bom até apresentar alternativas. Cogumelos, agrofloresta, etc? Obrigado

**Anexos:** Não

**Estado:** Tratada

**Tipologia:** Discordância

**Classificação:**

**Observações do técnico:**

---